

Parecer nº 99/99

Data: 1999.06.30

Processo nº 633

Reclamante: Ulisses da Silva Canijo (Herdeiros)

Entidade reclamada: Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.

I - O Pedido

1. Ulisses da Silva Canijo (Herdeiros), através do seu advogado, José A Fernandes de Barros, vem reclamar do indeferimento expresso, por parte da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, do seu requerimento de acesso, através de fotocópia, “aos contratos de arrendamento celebrados pelo Estado” referentes a certos prédios sitos no concelho de Aljustrel e “valor das rendas recebidas pelo Estado relativas a cada um dos contratos de arrendamento”.
2. O reclamante declara desejar obter os elementos solicitados para os utilizar num processo de indemnização, de que é titular, pendente da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAA).
3. A DRAA indeferiu o requerimento com fundamento na irrelevância para o processo de indemnização dos contratos sobre os prédios celebrados pelo Estado e rendas que recebeu.

II - O Direito

1. À Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) cabe apreciar o caso tão somente do ponto de vista do direito de acesso aos documentos na posse da Administração Pública.

2. Os elementos solicitados são claramente documentos administrativos (nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto), não estando, pois, o acesso aos mesmos sujeito a quaisquer restrições (nº 1 do artigo 7º da mesma lei).
3. Nem se poderá considerar que a sua “comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas”, casos em que a Administração teria fundamento para recusar o acesso (nº 1 do artigo 10º da Lei nº 65/93, na versão que lhe foi dada pelo artigo 1º da Lei nº 8/95, de 29 de Março).
4. Ao invés, tratando-se de prédios nacionalizados, que o Estado, entretanto, entregou a particulares, em regime de arrendamento, todas as razões militam no sentido do livre e irrestrito acesso quer aos respectivos contratos quer ao valor das rendas.

III – Parecer

A CADA é de parecer que a DRAA deve fornecer, pela forma pretendida, ao reclamante – Ulisses da Silva Canijo (Herdeiros) – directamente ou através do seu advogado, os elementos solicitados: contratos de arrendamento celebrados pelo Estado referentes aos prédios rústicos Monte S João, Monte Coelho e Sabugueiro, sitos na freguesia de S João de Negrilhos, do concelho de Aljustrel, e valor das rendas recebidas pelo Estado relativas a cada um dos contratos de arrendamento.

Lisboa, 30 de Junho de 1999.

Silva Marques (Relator) – *Narana Coissoró* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *José Renato Gonçalves* – *Castro Martins* (Presidente)